



## **DECLARAÇÃO DA REUNIÃO ANUAL DA COORDENAÇÃO DA REDE JUBILEU SUL BRASIL NOS SEUS 25 ANOS DE EXISTÊNCIA**

A coordenação da Rede Jubileu Sul Brasil, realizou entre os dias 4 a 7 de abril, a sua reunião presencial anual na cidade de Caucaia (CE), momento em que as organizações e movimentos sociais que compõem a Rede avaliamos a conjuntura política nacional, bem como a geopolítica internacional e deliberamos sobre as ações a serem priorizadas no próximo período.

Muito nos alegrou o fato desta reunião ter sido precedida de uma grata homenagem da Câmara Municipal de Fortaleza, através da Mandata Nossa Cara, com a presença de Adriana Gerônimo, no dia 1º de abril, pelos 25 anos da Rede Jubileu Sul Brasil. Tal homenagem foi o reconhecimento de duas décadas e meia de muito trabalho de base, muitas lutas, conquistas, conscientização e mobilização popular, que ficaram expressos em importantes e marcantes momentos da história dos movimentos populares do país, como os Plebiscitos sobre a Dívida Externa (2000) e sobre a ALCA (2002), que juntos colheram a opinião de mais de 15 milhões de brasileiros.

A reunião também ocorreu na sequência do Seminário “Transição ou Transação Energética? Agenda internacional, financiamento e repercussões”, que foi realizado na cidade de Fortaleza entre os dias 2 e 4 de abril, em parceria com diversas organizações que debatem a questão energética na perspectiva popular e de um novo modelo de desenvolvimento, que gere a energia que a sociedade necessita minimizando os impactos socioambientais sobre as populações que vivem nos territórios implicados nos projetos das chamadas “energias renováveis”, garantindo os direitos, a autonomia e a permanência nos seus territórios.

Entre outras afirmações desse Seminário, ressaltamos que os povos e comunidades não devem ser os grandes pagadores, com seus territórios e modos de vida, dos custos da transição energética. Em nossa reunião, afirmamos o compromisso de nos somarmos mais ainda às organizações que já fazem o enfrentamento à transação energética posta em prática, bem como reafirmamos que há alternativas viáveis para uma verdadeira transição energética justa, popular e inclusiva, como tem demonstrado, em especial, a Campanha “Energia para a Vida”.

No campo internacional, a crise sistêmica e estrutural pela qual passa o capitalismo, faz com que haja um recrudescimento geral por parte das classes dominantes dos países, que têm adotado uma postura cada vez mais autoritária, violenta, bélica, xenofóbica, racista, misógina e ultraconservadora; disputando a hegemonia da agenda pública por intermédio dos seus instrumentos como partidos de extrema-direita, da mídia corporativa, igrejas neoconservadoras, dos estados que eles conseguem sequestrar etc. Isso nos faz crer que vivemos em uma conjuntura na qual fica nítido para uma quantidade cada vez mais gente, que o capitalismo não tem mais nada a oferecer, a não ser desemprego, miséria, fome e destruição ambiental. Por isso,



reafirmamos a necessidade de se pensar e propor alternativas locais e sistêmicas, na perspectiva de outros modelos de desenvolvimento que ajudem a superar o sistema do capital.

Enquanto isso, o mundo presencia o primeiro genocídio transmitido ao vivo e a cores - a do povo palestino, que há 76 anos está sendo assassinado e expulso de seu território. Na ofensiva atual, o governo sionista e assassino de Israel o faz através da imposição da fome, da sede, da ausência de medicamentos e de bombardeios, e está literalmente eliminando o povo palestino. No entanto, observa-se que, mundialmente, por um lado aumenta o isolamento do Estado de Israel e, por outro, o apoio popular à Palestina.

Aqui no Brasil, vergonhosamente destaca-se o papel que a grande mídia brasileira tem feito, na ocultação das imagens e na defesa indireta do genocídio. Os movimentos em solidariedade à Palestina exigem do Governo Brasileiro o rompimento das relações diplomáticas, comerciais e militares com Israel. O estado genocida de Israel continua desrespeitando todas as deliberações da ONU e de outros organismos internacionais, bem como ataca outros países que manifestam o necessário apoio à Palestina, podendo levar a uma escalada do conflito em toda a região ou mesmo a uma nova guerra mundial, tendo em vista o surgimento de guerras em outros pontos do planeta, com destaque para a guerra da Ucrânia x Rússia. Está a guerra e o genocídio do povo da palestina, que implica os países imperialistas como EUA e Europa.

Outro evento que nos chama atenção foi a invasão, por parte da polícia equatoriana, da embaixada do México em Quito para a prisão de Jorge Glass, ex-vice-presidente do Equador na gestão de Rafael Correa. A resposta do governo mexicano foi imediata e enérgica, cortando relações com o Equador, bem como, corretamente, o governo brasileiro, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, emitiu nota condenando a invasão ilegal e inédita.

Nestes casos de conflitos bélicos, vemos avançar o desrespeito promovido por governos de extrema-direita aos tratados internacionais. Tais atos se configuram como crimes que não podem ficar impunes, seja no caso do genocídio do povo palestino, seja no inédito caso da invasão à embaixada mexicana pela polícia do Equador.

Após a vitória eleitoral de 2022, em que o povo brasileiro rejeitou o projeto pró-fascista, ultraliberal e neoconservador do bolsonarismo para o país, conquistamos um tempo de respiro para a reorganização dos movimentos populares do país após um descenso que foi agravado mais ainda com o surgimento da pandemia. Porém, não basta termos tirado a extrema-direita do governo, é preciso cobrar do governo Lula, e pautar as reformas estruturais que o povo brasileiro tanto precisa e merece, a exemplo das reformas urbana e agrária, para citar só dois exemplos.



No Brasil, a violência policial e a política racista e classista que atingem seletivamente as pessoas negras, pobres e periféricas, segue de “vento em popa”, a exemplo da Baixada Santista, em que a mão pesada do governo do estado de São Paulo, por intermédio do governador Tarcísio de Freitas, seu Secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, tem massacrado com a Operação Escudo trabalhadores e trabalhadoras que moram em comunidades empobrecidas. E não é um caso isolado. Há pouco tempo, acompanhamos horrorizadas o massacre da população negra pela polícia do governo da Bahia.

Ressaltamos também que agora foram divulgados os mandantes do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. Mas dúvidas ainda permanecem. O caso demonstra que o crime organizado atingiu as altas esferas do poder político e militar no Rio de Janeiro, a exemplo do próprio governo do estado, cujos últimos 5 governadores foram presos por corrupção.

O Jubileu Sul Brasil também decide responder ao chamado de Porto Alegre para participar e convocar a I Conferência Antifascista, que ocorre nos dias 17,18 e 19 de maio de 2024 na capital gaúcha. Entendemos a emergência desta articulação internacional para o enfrentamento ao crescimento da extrema direita no mundo, em especial na América Latina, e para ecoar os gritos de solidariedade aos povos da Argentina, da Palestina, do Haiti e os povos do mundo.

A dupla oriunda dos acordos do pós-Guerra, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), completam 80 anos de enormes serviços prestados aos capitais imperialistas. Enquanto o primeiro se dedicou à privatização e ao desmonte de regulações nacionais e sociais, o segundo incrementou o mercado da dívida, capturando orçamentos e políticas econômicas atreladas a empréstimos-ponte. Estas instituições compõem uma matriz neocolonial financeira que conta com braços regionais (BID, CAF, FONPLATA, BEI etc), e com instâncias de intermediação e legitimação como o G20. Esta panóplia de ferramentas do capital global segue tocando a chamada agenda de reformas estruturais na linha do “como fazer”, tendo em vista a cristalização do “que fazer” neoliberal na maior parte dos países do sul global, particularmente no Brasil.

A nossa reunião anual ocorre ainda no bojo dos atos de repúdio aos 60 anos do golpe civil-militar no Brasil. A luta por verdade, memória e justiça de transição, que passou por uma baixa no obscuro governo Bolsonaro-Mourão, volta a ser pautada com a devida forma, mas ainda há muito o que avançarmos em termos de responsabilização de agentes dos crimes da ditadura, pelas reparações individuais e coletivas às vítimas do autoritarismo e pela memória que traga permanentemente à tona a verdade sobre os fatos ocorridos nos “anos de chumbo”. Infelizmente os avanços ainda são muito tímidos, contando com certa conivência até do governo brasileiro, que vem fazendo vista grossa inclusive com os setores mais golpistas das forças armadas, seja em relação aos crimes da ditadura militar, seja em relação ao atentado contra a democracia ocorrido em de 8 de janeiro de 2023.



Vemos também, com certa esperança, a garra do setor de educação do país que, em todas as esferas, da educação básica ou superior, vem aprovando a realização de greves como resposta ao desmonte promovido pelo novo teto de gastos contido no Arcabouço Fiscal do governo federal, com o mesmo objetivo: o pagamento dos juros da dívida pública, pelo retrocesso dos investimentos e sucateamento do ensino e saúde deste nosso país. Em alguns casos, as bases da categoria estão se sobrepondo ao indicativo de suas direções sindicais, garantindo as necessárias lutas e vitórias para os professores e para a educação como um todo. Destaque-se ainda a definição do Andes, sindicato nacional de professores do ensino superior, que aprovou indicativo de greve nacional no último congresso ocorrido em Fortaleza, no mês de março.

Diante desses cenários nos comprometemos a:

1. Fazer memória e celebrar os 25 anos de existência e embates da Rede Jubileu Sul na luta contra as dívidas e a favor do bem comum de nosso povo;
2. Continuar com o fortalecimento do trabalho de base e dos movimentos socioterritoriais em todas as regiões do país;
3. Fortalecer os processos de formação política local e a comunicação popular entre as organizações membros da rede, parceiras e entre as comunidades em geral;
4. Estudar, acompanhar e difundir, de forma mais sistemática, a crítica da política econômica que está em curso no país, denunciando as consequências da mesma na vida de nosso povo;
5. Fortalecer os processos de construção da Cúpula dos Povos frente ao G20, denunciando as agendas que possuem grande impacto sobre os territórios, em especial o que vem sendo discutido em torno das energias renováveis, que na realidade se configura como uma transação e não transição energética;
6. Fortalecer e denunciar o que vem ocorrendo no Haiti, na Palestina e em todos os lugares onde as garras da ave de rapina imperialista estejam sendo fincadas, envolvendo-se nas campanhas nacionais e internacionais de solidariedade a estes países. E cobrar o rompimento das relações diplomáticas, comerciais e militares com o governo de Israel.

Caucaia/CE, 7 de abril de 2024.

**A VIDA ACIMA DA DÍVIDA!**